

## AÇÕES INSTITUINTES: ABRINDO CAMINHOS PARA INCLUSÃO, DIVERSIDADE E RESPEITO

Iolanda da Costa da Silva<sup>46</sup>

Rejany dos S. Dominick<sup>47</sup>

Alessandra Martins Franco Mattos<sup>48</sup>

Krýsthinna Franco Sepúlveda de Abreu<sup>49</sup>

### Resumo

O texto tem como objetivo compartilhar nossa experiência, aprendizagens e reflexões sobre um projeto desenvolvido em uma escola municipal de Niterói/RJ. Este iniciou-se como um caminho para superar “brincadeiras” entre os escolares, mas constitui-se em um trabalho voltado para a diversidade humana, o respeito ao próximo e a superação de situações de violência. Iniciou-se após percebermos entre os estudantes algumas ações que identificamos como *bullying* e tivemos como objetivos: perceber o que leva o aluno à prática de *bullying*; descobrir quais metodologias e tecnologias poderiam contribuir para trabalhar o respeito e o olhar para além das diferenças humanas de uma forma instituinte. Dialogamos com as metodologias de pesquisa interativas e a interdisciplinaridade, o que nos possibilitou ações permeadas por diálogos, por uma escuta sensível e por aprendizados que contribuíram para potencialização das interações culturais e subjetivas de todos os envolvidos.

**Palavras-chave:** diferença, inclusão, *bullying*

### Abstract

The text aims to share our experience, learnings and ideas about a project developed in a municipal school in Niterói/RJ. This began as a way to overcome "banter" between schoolchildren but constitutes a work focused on human diversity, respect for others and the overcoming of violence. Started after we realized among the students some actions that we identify as *bullying* and had as objectives: understand which leads the student to practice of *Bullying*; find out which methodologies and technologies could contribute to work with respect and look beyond the human differences in a way instituinte. The way we deal with interactive research methodologies and interdisciplinarity, which allowed actions permeated by dialogue, by a sensitive listener and learnings that contributed to development of cultural interactions and subjective of all involved.

**Keywords:** difference, inclusion, *bullying*

<sup>46</sup> Pedagoga e professora de apoio nos anos iniciais da FME-Niterói. E-mail: iolanda.io.costa@gmail.com

<sup>47</sup> Doutora em Educação, História e Filosofia (UNICAMP). Professora da FEUFF e coordenadora de Extensão As artes de fazer a educação em ciclos: as tecnologias nas escolas 2015. E-mail: rejany.dominick@gmail.com

<sup>48</sup> Licenciada em Letras. Pós graduada em Mídias na Educação (UERJ). Professora dos anos iniciais da Fundação Municipal de Niterói e de Língua Portuguesa no ensino médio no Estado do Rio de Janeiro.

<sup>49</sup> Licenciada em Pedagogia pela UFF. Pedagoga da FME de Niterói.

## Introdução

Há em nossa sociedade uma variedade de violências. Algumas passam despercebidas por nós, naturalizadas por uma racionalidade que aprendeu a ver o outro com indiferença. Tal maneira de pensar-sentir o mundo também está presente na escola e nem sempre agimos pedagogicamente para superar tal maneira de ser, sem produzir mais violência. Há soluções buscadas para acabar com a violência que separam ainda mais estudantes e professores da convivência com a diversidade e da possibilidade de transformar a escola em um espaço de conhecer e de se conhecer.

Defrance (2005), analisando a situação da violência escolar na França, afirma que para olhar o fenômeno é preciso uma reflexão sobre elementos da história local e internacional. Ele afirma que em estudo<sup>50</sup> realizado na França os professores explicitaram um sentimento de violência crescente nas escolas que envolviam insultos verbais, agressões físicas com armas de fogo ou facas. Havia também agressões a veículos e ao prédio ou mobiliário escolar. O autor aponta, como elementos externos, o fato de a escola francesa ter passado a acolher crianças com idade avançada, que não haviam construído ainda uma lógica de compartilhamento ou que estavam vindo de culturas diferentes. Afirma haver também aspectos produzidos pela sociedade dual que gera segregações urbanas e que, em tais espaços, as crianças e jovens convivem com a corrupção, com a ideia de “dinheiro” fácil e sem regras básicas de convívio que as levam a não perceber uma agressão pessoal como tal. Ele afirma: “Inevitavelmente, esta falta de

---

<sup>50</sup> Jean-Michel Léon, « Violence et déviance chez les jeunes : problèmes de l'école, problèmes de la cité », rapport au ministre de l'Éducation nationale, dactylographié, 1984.

padrões ou parâmetros de referência social tem impacto sobre o comportamento no interior da instituição escolar”<sup>51</sup>. (DEFRANCE, 2005, p. 19)

As causas externas da violência escolar no Brasil têm aspectos históricos, especialmente pelo fato de sermos uma sociedade que apenas no final do século XX passou a ter uma escola que obrigatoriamente deveria receber a todos. Nós, professores, nos sentimos desarmados para resolver as causas de violências exteriores à escola e a maioria tem consciência de que em nosso processo histórico de construção da instituição escolar não havia a intenção de incluir a todos e que tal perspectiva somente vem acontecendo após o processo recente de redemocratização do Brasil e devido a mobilização social interna e tensões de organismos internacionais. O processo de inclusão escolar das crianças, jovens e adultos de diferentes classes sociais, origem étnica, religiosa, e também das pessoas com deficiência, colocou-nos diante da real diferença entre a cultura da maioria da população que entra hoje nas escolas públicas e a cultura dominante na formação de professores e na instituição escolar. Este encontro gera conflitos que, por vezes, produzem violências entre os diferentes sujeitos que participam da vida nas escolas.

Pensamos que os profissionais da educação podem se mobilizar para buscar soluções interativas dentro da escola ou podemos chamar a polícia para resolver os problemas. Defrance (2005) nos lembra de que nos sentimos “desarmados” diante das causas exteriores de violência, mas que há causas internas também que precisam ser olhadas. Entre as causas, assinala ele, está o fato de que professores,

---

<sup>51</sup> *Inévitablement, cette absence de normes ou de repères sociaux a des répercussions sur les comportements à l'intérieur de l'institution scolaire* (2005, 19).

estudantes e pais estão presos a uma lógica institucional circunscrita em sua tripla missão: a de instruir (produzir conhecedores), de educar (produzir cidadãos) e de formar (produzir profissionais)<sup>52</sup>. Em francês, esses três verbos têm uma singular diferença do expresso em nossa língua, mas o papel da escola de possibilitar o acesso aos conhecimentos, formando as pessoas tanto para serem conhecedoras quanto para serem cidadãos e profissionais está presente também em diferentes elaborações de nossa cultura. Na verdade, queremos que os três aspectos aconteçam de forma entrelaçada, mas nos parece que sem a formação para a cidadania não conseguiremos caminhar com as outras duas dimensões que são muito importantes.

No que se refere às causas internas da violência escolar, poderíamos seguir citando Defrance ou autores brasileiros cujos estudos têm avançado nesta área diante do problema que se apresenta por diferentes ângulos e nem todos gerados pelos estudantes. Podemos afirmar que há muitas violências contra o professor. Há, também, violência dos estudantes e contra os estudantes, especialmente aquelas simbólicas explicitadas por P. Bourdieu e J.C. Passeron (1992).

Neste texto, relatamos e analisamos uma experiência em que violência e alunos com necessidades especiais foram os principais protagonistas de um processo que envolveu profissionais, entre eles uma das autoras, e estudantes em uma escola pública municipal de Niterói, frequentada majoritariamente por afrodescendentes, no bairro do Fonseca, situada próximo de duas comunidades pobres e onde há muitas violências.

---

<sup>52</sup> Instruire (produire des savants), éduquer (produzir des citoyens), former (produire des professionnels) (p. 20)

---

## **Nossos passos**

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) na escola regular é algo recente no Brasil e pode ser considerada como um potente caminho para favorecer a relação com o outro, com o diferente, com aquele que foge do padrão de “normalidade” dominante. Há pessoas que não concordam muito com esta nossa afirmação, bem o sabemos. Entretanto, a educação inclusiva cria uma tensão que nos faz ter um olhar atento, objetivando igualdade de oportunidade a todos, independente da origem social, religiosa, étnica, de sua faixa etária ou do sujeito ter uma deficiência.

No Documento Internacional Declaração de Salamanca (1994) são apontados caminhos para se construir uma escola inclusiva, que deve ser voltada para todos, independentemente da constatação ou de diagnóstico médico que informa se o aluno apresenta deficiência ou não.

Lê-se no Documento que:

As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (p. 3).

Tendo como orientação esta pequena parte da declaração, o trabalho inclusivo na escola aconteceu entre pessoas ditas “normais”, pois não identificávamos nenhum tipo de deficiência ou demanda por atenção especial nos estudantes quando iniciamos o projeto.

Para realizarmos um trabalho de inclusão em um mundo que tende a exalar exclusão e onde as violências estão fortemente presentes, foi preciso que alguns docentes refletissem e se questionassem: quem somos nós em um mundo com tantas divisões? De qual lado, verdadeiramente, estamos? Será que nunca excluímos? E, se excluímos o que temos de diferente?

Assim, visando especialmente educar para a cidadania, abordamos os temas respeito, direitos e deveres. Tais temas estão profundamente ligados à perspectiva da educação inclusiva, pois segundo Mantoan (2009)<sup>53</sup> a “inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. É oportunizar o convívio de pessoas com as mais diversas características no mesmo espaço, proporcionando, assim, trocas de experiências, o reconhecimento do outro, o respeito pelo próximo e as suas singularidades.

Começamos com muitas interrogações e inquietações. Buscávamos estratégias que nos auxiliassem no trabalho sobre respeito ao próximo e sobre a aceitação das diferenças humanas. Nossas ações se deram com um grupo de referência do 2º ciclo, que apresentava um número reduzido de estudantes, pois era uma turma diferenciada das outras. Grande parte dos estudantes apresentava dificuldade de aprendizagem<sup>54</sup>. Tais dificuldades hoje são vistas como alvo também de um trabalho especial dentro da escola.

---

<sup>53</sup> Entrevista no Blog Bengala legal (2009). Disponível no site: <http://www.bengalalegal.com/blog/?p=32>. Acesso em: 25/05/2012.

<sup>54</sup> [...] o termo dificuldades de aprendizagem englobaria um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestariam em dificuldades em tarefas cognitivas, podendo ocorrer em pessoas normais, sem problemas visuais, auditivos ou motores, além de, aparentemente, estarem relacionados a problemas de comunicação, atenção, memória, raciocínio, entre outros, ou se manifestarem concomitantemente a eles. Podem ocorrer ainda dificuldades momentâneas e/ou em áreas específicas, abrangendo várias áreas de conhecimento. (BARTHOLOMEU, SISTO, RUEDA: 2006, p. 139 - 140)

---

Os movimentos e as políticas públicas recentes transformaram as escolas do Brasil, pois ao adotarmos a perspectiva da educação inclusiva e com o incentivo de mecanismos como o Bolsa Família, houve um processo de matrícula praticamente universalizado de crianças entre 6 e 14 anos, entre elas aquelas com necessidades educacionais especiais ou que são identificadas como tal.

Não podemos negar as ambiguidades que a entrada de crianças e jovens especiais nas escolas gerou. Tensões sobre os dirigentes, professores e entre os estudantes têm levado muitos a repensar as maneiras de estar/ser nas das escolas.

Para alguns, a presença de alunos especiais vem sendo tomada como um desafio instituinte e a violência como mais um tema que precisa ser abordado por caminhos que superem as punições ou o tradicional “deixa pra lá”. No caminho da superação foi que nosso trabalho começou, pois precisávamos realmente avançar rumo à superação da indiferença com a diversidade que faz parte da humanidade e da humanização escolar. O projeto na escola<sup>55</sup> deveu-se as constantes ações de *bullying* que vivenciávamos na sala de aula, no ano de 2014, sem nos darmos conta, inicialmente, do que se tratava. Alertados, decidimos estudar a temática.

Aprendemos com Dalosto & Alencar (2013, p.364) que “*bullying* é derivado do verbo inglês *bully* que significa intimidar”. As autoras relatam que “[...] a prática de *bullying* nas escolas pode se manifestar por meio de diferentes comportamentos agressivos, incluindo maus-tratos e intimidações” (p. 368). As mesmas nos apresentam uma classificação que foi adotada por Silva<sup>56</sup> (2010) e na qual podemos ler que as práticas do *bullying* podem ser dos tipos:

<sup>55</sup> Vinculado ao projeto de pesquisa *As ‘artes de fazer’: tecnologia e formação do pedagogo III*, coordenado pela prof<sup>a</sup>. Rejany dos S. Dominick.

<sup>56</sup> SILVA, A.B.B. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

- Físico e Material: bater, chutar, espancar, empurrar, ferir, beliscar, roubar, furtar ou destruir os pertences da vítima e atirar objetos contra pessoa.
- Psicológico e Moral: irritar, humilhar e ridicularizar, excluir, isolar, ignorar, desprezar ou fazer pouco caso, discriminar, aterrorizar e ameaçar, chatear e intimidar, tyrannizar, dominar, perseguir, difamar, passar bilhete e desenhos entre os colegas de caráter ofensivo, fazer intrigas, fofocas ou mexericos.
- Sexual: abusar, violentar, assediar, insinuar.
- Verbal: insultar, ofender, xingar, fazer gozações, colocar apelidos pejorativos, fazer piadas ofensivas e “zoar”.
- Virtual: caluniar e ofender utilizando aparelhos e equipamentos de comunicação (celular e *internet*), também conhecido como *ciberbullying* (p 368).

É importante que os professores, pais e demais profissionais envolvidos na formação de crianças e jovens percebam essas diferenciações das práticas de *bullying* e fiquem atentos, pois tais ações podem passar despercebidas ou até ser ignoradas e confundidas como uma brincadeira de mau gosto, ocultando toda a violência que cerca tais atos. Dialogando com Odalia (1983), nos identificamos com a definição do autor sobre violência. O teórico explicita que:

Nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possua estrutura facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade. Ou seja, o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida (pp. 22 - 3).

E, é essa essência despercebida em muitos atos ou na falta dos mesmos que não nos permitem, por vezes, compreender o tamanho da agressão cometida ou do sofrimento do outro. O autor explicita que para “perceber um ato como violento demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que

inscrito na ordem das coisas...” (idem, ibidem). Ou seja, desnaturalizar é preciso um olhar e uma escuta atenta.

### **Como caminhamos?**

Para o desenvolvimento do nosso trabalho adotamos os princípios das metodologias interativas e dialogamos com a interdisciplinaridade. Entre as pesquisas interativas está aquela que Thiollent afirma possuir “um caráter participativo pelo fato de promover ampla interação entre pesquisadores e membros representativos da situação investigada” (1997, p. 21). Sendo assim, a caminhada metodológica foi marcada pelo diálogo com todos os atores escolares, tornando viável a participação dos diferentes sujeitos no processo. Para o trabalho com a interdisciplinaridade fomos buscar inspiração em Fazenda (2008) que explicita que a metodologia interdisciplinar tem como intuito “alicerçar-se no diálogo e na colaboração, fundar-se no desejo de inovar, de criar, de ir além e exercita-se na arte de pesquisar” (p.69). Acreditamos que ao realizarmos uma pesquisa algo muda em nós e também no outro. Mas, para que tal mudança aflore, o diálogo, tão necessário, precisa ser permeado por desejo de trocas e respeito por si, pelo outro e pela diferença.

Assim embasados, buscamos atividades que possibilitassem a ressignificação de alguns importantes aspectos da educação inclusiva, contribuindo na potencialização das interações culturais e subjetivas de todos os envolvidos. Elaboramos objetivos de ensino e de pesquisa, pois durante nossas ações no espaço escolar visávamos não só colher, mas também semear experiências que nos ajudassem a superar o que estávamos identificando como um problema.

Nossos objetivos de pesquisa foram: identificar aspectos que conduzem à prática de *bullying*; descobrir quais metodologias e tecnologias poderiam contribuir para o trabalho de inclusão social e humana de uma forma significativa. Com relação aos de ensino, foram: trabalhar o respeito e olhar para além das diferenças; promover situações que levassem os alunos à reflexão sobre os efeitos das ações humanas.

### **Primeiros sinais de alertas e nossas ações**

Nos primeiros meses do ano letivo percebemos alguns apelidos direcionados a dois estudantes que, por vezes, os deixavam chateados ou irritados, influenciando negativamente no desenvolvimento das aulas e na interação dos mesmos com o grupo de referência. Um dos estudantes que era negro, apesar de não ser o único negro da sala, era chamado de “africano” e “macaco”. O outro estudante era chamado de “ingoba”, “mona” e “biba”, por apresentar por apresentar comportamentos sociais e culturais que remetem ao universo considerado feminino, apesar de ser um menino. Também, presenciamos cenas em que os mesmos estudantes eram excluídos de algumas atividades escolares e brincadeiras. Algumas vezes “deixávamos para lá” e outras brigávamos com os “agressores”, colocávamos de castigo visando defender os meninos.

Os apelidos e “implicâncias” não paravam. Diante dos constrangimentos das crianças e da falta de respeito continuado de alguns estudantes, conversamos e resolvemos organizar ações pedagógicas para dialogar com o grupo sobre

respeito, diferenças humanas, cuidado com o próximo e individualidades.

O trabalho começou com muito diálogo. Inicialmente falamos sobre a existência dos nomes das pessoas até chegarmos aos apelidos, que estes podem ser carinhosos ou pejorativos. Neste momento nós começamos a abordar a problemática da sala de aula, a importância em percebermos quando algo não agrada ao outro, quando o entristece ou magoa. No decorrer desta conversa, explicamos que aquelas ações desagradáveis na sala de aula eram *bullying*. Os estudantes durante esta conversa usaram os seguintes argumentos:

- Ah... É brincadeira tia!
- Ih... Ele é muito chato.
- Já viu como ele fala?

Diante de tais argumentações focamos nossas ações no trabalho sobre o respeito ao próximo. Ao recorreremos aos estudos de Oliveira (2011) percebemos nas reflexões do autor que:

O respeito é entendido como uma atitude que pode assumir facetas diversas, conforme a natureza dos sentimentos nos quais se inspira. Se o sentimento é de medo ou de inferioridade, o respeito ao outro se dá pela submissão a uma força ou poder. Já se o indivíduo é motivado por um sentimento de veneração, respeita porque reconhece no outro qualidades dignas de admiração. O primeiro caso é visto como negativo e o segundo como positivo (p. 81).

Apropriando-nos de tal perspectiva, procurávamos trabalhar as duas facetas descrita pelo autor. Entretanto, buscávamos ir além dessas atitudes respeitadas associadas ao medo ou a admiração como também propõe o autor. Repetidas vezes enfatizamos que respeito é mais que um sentimento, que é um direito, uma obrigação de cada sujeito, uma ação

que faz toda a diferença na convivência humana. Afirmamos que o respeito precisa ser direcionado a todos. A conversa durante as aulas causou certo estranhamento e até descontentamento entre os alunos, pois como nos lembram Linhares e Heckert (2009, p.5) vivemos em um “tempo, marcado por moralizações, segregações, disputas e preconceitos de toda ordem [...]”.

Adentramos pelo caminho do descontentamento, embora nosso desejo fosse o de provocar situações que ajudassem na reflexão sobre os acontecimentos, não só dos discentes, mas a nossa também. Refletir sobre como poderíamos “reinventar [...] o modo como temos lidado com a nossa existência...” (Idem, ibidem), pois “nossa atualidade tem demarcado como desafio a construção de rumos mais respeitosos e solidários que afirmem a vida em vez de amesquinhá-la” (Idem, ibidem).

A tal conversa-provocação durou muitos dias e acontecia sempre que víamos a situação de “brincadeira” se repetindo. Todos eram ouvidos e instigados a participar, pois eram propostas para reflexão algumas situações em que os próprios alunos apareciam como personagens e sendo a figura dramática da questão trabalhada. Estimulávamos que eles precisavam se posicionar e, o mais importante, se colocar no lugar do outro. Procurávamos, assim, vivenciar uma experiência instituinte que Linhares e Heckert (2009) definem como

Ações políticas, produzidas historicamente, que se endereçam para uma outra educação e uma outra cultura, marcadas pela construção permanente de um respeito à vida e uma dignificação permanente do humano em sua pluralidade ética, numa afirmação intransigente da igualdade humana, em suas dimensões educacionais e escolares, políticas, econômicas, sociais e culturais (p. 5).

Essas ações duraram semanas. Aos poucos percebemos algumas mudanças que representaram uma melhora expressiva no ambiente e na convivência na sala aula. Sentindo as melhoras, diminuimos a intensidade do trabalho. Não havia como negar que precisaríamos rever algumas estratégias do nosso trabalho.

### **Ações instituintes: em busca de novas estratégias**

Com o tempo, as ações de *bullying* voltaram e houve a necessidade de novas estratégias, pois as práticas de humilhações começaram a aparecer com mais frequência e, desta vez, os alunos alvos do *bullying* estavam apresentando sinais de agressividade com a turma e conosco.

Resolvemos, então levar a questão para ser discutida na reunião pedagógica da escola, da qual todos os docentes participam. O objetivo era buscar caminhos junto com os colegas para encontramos uma melhor metodologia de trabalho, já que os constantes diálogos sobre respeito não estavam mais surtindo o efeito esperado. Indicaram-nos o livro: *Bullying: o que fazer?*, de Ricardo Brown (2011), e o filme “Um grito de socorro<sup>57</sup>”, do diretor Dave Schram, ano 2013 como possíveis tecnologias para o trabalho pedagógico.



<sup>57</sup> Sinopse: Jochem é um adolescente gordinho que sofre *bullying* de um grupo de colegas da escola. Alguns até tentam ajudar, mas a situação sai do controle quando o garoto é forçado a beber em uma festa. David, amigo do jovem, se sente culpado por não ter defendido o colega, e resolve procurá-lo sem imaginar que talvez seja tarde demais para ajudar Jochem. Disponível em: <http://www.filmesonlinegratis.net/assistir-um-grito-de-socorro-dublado-online.html> . Acesso em 20/07/2015.



Começamos com o livro e este foi bem recebido pelos discentes. A leitura do livro nos auxiliou no trabalho sobre as diferenças e a diversidade humana. Aos poucos direcionamos o trabalho para as características físicas e novamente criamos situações em que os estudantes eram os personagens da situação-problema. Nos apropriávamos de características apresentadas pelos educandos na sala de aula e das nossas também. Explicitamos que na sala de aula havia negros, brancos, cadeirante, estudantes com cabelos lisos, crespos, cacheados, pessoas altas ... E logo perguntamos se alguém gostaria de ser tratado de forma discriminatória devido às características que são próprias de cada ser humano. A resposta foi a esperada. Todos falaram que não. Diante de tais afirmações fomos mais objetivos e perguntamos: “por que, então, vocês estão tratando dois colegas da sala assim?”

Então, ouvimos:

- Ah... tia!
- Por que ele é muito chato. Atrapalha as brincadeiras.
- Por que ele tem que ser homem!

O interessante foi que em nenhum momento escutamos dos discentes que eles não gostavam dos estudantes que estavam sofrendo a violência. Percebemos que alguns praticavam o *bullying* por não conseguirem aceitar as diferenças, levando-os algumas vezes a tentar mudar o outro. Mas, também observamos que outros o praticavam sem nenhum motivo aparente, somente por hábito, porque era assim que eles se tratavam fora da escola.

Então, buscamos explicar que nós não temos o direito de maltratar alguém só por que é “chato ou atrapalha as

brincadeiras”. Conversamos também sobre não ser certo atrapalhar as brincadeiras do outro. Falamos que o respeito precisa ser recíproco e, quanto ao jeito de falar ou andar, por mais que nos causem estranhamentos, isto não nos dá o direito de discriminar ou maltratar uma pessoa... E que o jeito como uma pessoa se apresenta ao outro nem sempre é uma escolha, às vezes é algo alheio à vontade de pessoa. Frisamos que é preciso respeito e cuidado, pois nem sempre ser magro, gordo, alto, baixo, ter a voz grossa ou fina faz da pessoa alguém feliz ou infeliz.

Após esse trabalho, as práticas de *bullying*, novamente diminuíram. Mas, antes que toda a problemática voltasse ou piorasse, resolvemos trabalhar o filme em 2 (dois) momentos.

No primeiro momento, após os estudantes assistirem ao filme, pedimos que eles pontuassem as cenas mais relevantes. Os estudantes fizeram as seguintes seleções:

- A cena em que o professor presenciava ações de *bullying* contra o aluno vítima e ainda compactuava;
- A cena em que o aluno vítima busca a ajuda do amigo e o mesmo se nega a ajudar;
- A cena da morte do menino;
- A cena em que o personagem que sofria agressões é jogado na lata do lixo.

Esta última foi lembrada e associada a algo parecido com o que aconteceu com uma das vítimas de *bullying* da sala de aula. E isto tinha acontecido na hora do recreio. Nós procuramos saber quem foi o responsável por tal ato e questionamos não só o praticante, mas a toda a turma se era certo e o que eles achavam sobre isso acontecer com eles. Todos repudiaram, até mesmo o responsável por tal ação.

No segundo momento rememoramos a definição do *bullying* e quais eram as ações que podíamos definir como *bullying*; as consequências dessas práticas para as vítimas e

também para o agressor. Consequências que o filme deixou bem claras, pois a vítima se suicida e todos os agressores diretos ou indiretos são julgados. Explicitamos que o *bullying* é uma ação ilícita e que aquele que o pratica pode vir a sofrer sanções. Relembramos que as vítimas, devido ao grande sofrimento, podem vir a se isolar, entrar em depressão, chegando mesmo a tirar a própria vida. Também trabalhamos sobre a importância de não se calar diante de ações de violência, tanto a vítima quanto aqueles que as presenciam.

Lopes Neto (2005) afirma que as ações de *bullying* podem ser diretas, “quando as vítimas são atacadas diretamente”, ou indiretas, “quando estão ausentes ” (p.166). Tal visão nos ajudou a refletir sobre acontecimentos no grupo de referência, pois percebemos a presença do *bullying* direto e indireto. Tal situação foi debatida com os estudantes, pois a princípio eles achavam que podiam falar dos alunos em sua ausência, pois não era falta de respeito e tampouco *bullying*. Afinal, as vítimas não estavam ali para ouvir. A aula em que aconteceu este diálogo foi um pouco tensa, mas, ao término, os estudantes perceberam que o respeito ao próximo independe de sua presença ou ausência.

Diante do retorno que estávamos percebendo e do envolvimento dos discentes com a temática, achamos relevante aprofundar o trabalho, pois alguns alunos trouxeram durante as conversas alguns acontecimentos na sociedade provocados por uma lógica de desqualificação do outro. Discutimos casos como as mortes de algumas pessoas devido a sua orientação homossexual e mesmo a de alguns moradores de rua relatadas no noticiário.

Tal tarefa nos pareceu fácil, a princípio, mas por estarmos tão envolvidos na situação da sala de aula foi preciso um olhar de fora da situação, de uma pessoa para

compartilhamos nossa experiência instituinte que, como afirma Linhares (2007), estava carregada de “centelhas que nada têm de espontâneas”, estava carregada “de pensamentos, de forças que vão se acumulando e se potencializando com memórias a fecundar projetos e vice-versa[...]” (p. 156).

Sabíamos, na escola, que estávamos caminhando bem, mas percebemos que nós, docentes, também necessitávamos de uma escuta sensível. Assim, dialogando com a coordenadora do projeto de extensão encontramos um caminho para avançarmos na discussão sobre o tema “Diversidade e Inclusão”. Este foi um potente caminho para dar continuidade ao projeto e buscamos alguns vídeos na internet que passaram a frequentar nossa sala de aula, por meio do uso frequente do *datashow* e do notebook, artefatos tecnológicos disponíveis na escola e que ajudaram muito no processo. Encontramos dois<sup>58</sup> vídeos que abordavam a diversidade humana e a aceitação do outro em linguagem adequada ao grupo.

Percebemos que as novas tecnologias poderiam ser também nossas grandes aliadas, pois como afirma Barbieri (1990) as raízes etimológicas apontam para o significado de tratado ou discurso (*logya*) das artes (*thecné*). “Do étimo grego *thecné* e do seu equivalente latino *ars-artis* derivam técnica e arte, que em sentido mais geral significam todo conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana qualquer” (p. 10). Neste caso, uma atividade voltada para repensar possibilidades de convivência, de interação com o outro e com as diferenças que fazem parte da humanidade.

As atividades com os vídeos nos ajudaram a sintetizar o trabalho sobre a diversidade humana. Buscamos definir

---

<sup>58</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=8DXNwa1JOdc> e <https://www.youtube.com/watch?v=SGwEp4Sm3w8>

diversidade, sabendo que não há um único sentido. Mas, buscávamos um significado que dialogasse com o trabalho, na sala de aula, sobre a percepção do outro não só pelas suas diferenças, mas como alguém de direitos, um humano entre humanos que, para além de ser especial, é alguém que precisa ser reconhecido como pessoa.

Descobrimos em Lázaro (2013) que “o termo ‘diversidade’ tem o sentido de afirmar, positivamente, diferenças” (p. 265). Entretanto, o autor relata que o mesmo termo em educação se faz com um novo sentido, com um foco no sujeito e seus direitos.

Quando o termo é utilizado em educação, já não se trata de quaisquer diferenças ou de diferenças em geral. Diversidade em educação quer afirmar a presença de sujeitos de direitos para os quais e com os quais é preciso desenvolver estratégias que levem em conta a natureza dessas diferenças e as desigualdades que, por processos históricos, políticos, sociais e culturais, foram impostas aos grupos que agora se reconhecem como diversos. Diversidade tornou-se um conceito político por excelência e distintos grupos sociais e identitários advogam o termo para afirmar, positivamente, suas diferenças (p. 265).

Pensar em diversidade na escola pode nos levar a pensar sobre os direitos e deveres dos diferentes sujeitos sociais que participam da vida escolar e prestabelecemos papéis. Contudo, não basta pensarmos em integrar os alunos ao que já existe definido. Professores e gestores precisam assumir uma postura que possibilite alcançar cada sujeito em sua individualidade, pois se prevalece o padrão dominante de hierarquia, segregação e apartamento, demandando do estudante que ele se adeque ao que já existe na escola. Caso a mudança não ocorra continuaremos a vivenciar violências

internas tal qual aquelas que estão presentes no exterior da escola, como nos lembrou Defrance.

### **O que aprendemos no processo?**

Viver a diversidade é criar estratégias que ofereçam oportunidades para que todos participem do espaço escolar de forma a se relacionar dentro dos princípios da igualdade e da dignidade humana, isso sim é inclusão. Tal reflexão nos fez rememorar que na Declaração de Salamanca (1994) são identificadas como ações inclusivas aquelas que possibilitam que todos em idade escolar tenham os mesmos direitos e oportunidade para desenvolver suas potencialidades acadêmicas e para a vida social, dentre outras.

Refletindo sobre nossa experiência com os alunos dos ciclos iniciais, pensamos que receber todos na escola é apenas um primeiro passo para a inclusão e o diálogo com a diversidade. Contudo, é necessário nos movermos para ações que possibilitem uma melhoria na qualidade das relações humanas, focando-nos na formação para a cidadania, sem deixarmos de nos ocupar da dimensão de formação de pessoas que conhecem os conteúdos básicos do primeiro segmento. Contudo, focar as ações docentes exclusivamente em tais conhecimentos, nesta fase da escolarização, nos tem conduzido a abandonar a importante faceta de formação para uma vida relacional com as diferenças.

Outro aprendizado foi o de que é necessário que os sujeitos se sintam participantes ativos dos processos escolares, potencializando uma visão de mundo na qual o outro faz parte, pois a diferença não “pode ser encarada como

negativa, positiva ou simplesmente diferente...” (FERREIRA, 2013, p.306), mas ser assumida como um conceito que desperta em nós a necessidade de mudanças em direção a diminuição das desigualdades enraizadas na sociedade brasileira.

Podemos afirmar que para o projeto com as temáticas da inclusão, respeito ao próximo e diversidade realmente produzisse alguns efeitos mais duradouros foi necessário que as ações acontecessem em conjunto na escola, como um trabalho interdisciplinar e com a participação dos diferentes profissionais que estão em contato com os estudantes. Propusemos mudar certos “hábitos” presentes entre os profissionais da escola e não focamos o trabalho apenas naqueles dos alunos. Sabemos que superar preconceitos é um trabalho lento e demanda um período de médio a longo prazo, sem intervalos, para que transformações concretas no comportamento de adultos e crianças ocorram, pois todos convivem fora da escola com lógicas segregadoras, como aponta DeFrance (2005), e que desrespeitam as diferenças. No caso do Brasil, tal lógica é mesmo reproduzida pelos aparelhos do Estado, tais como a polícia e alguns políticos. Mas acreditamos que a escola não pode abrir mão de seu papel de formar para a cidadania, visando criar tensões que conduzam a uma cultura de diálogo em uma sociedade ainda fortemente marcada pela exclusão.

Sentimos a necessidade de trabalhar os direitos e deveres com os estudantes, abordando o direito que cada sujeito tem de ser respeitado e o dever que temos de respeitar o outro. Percebemos que há uma forte tendência de só olharmos em uma direção, isto é, na direção daquele que nos passa maior fragilidade e que, em geral, é a vítima do *bullying*. Entretanto, não podemos nos esquecer de que, em sociedades

democráticas, todos temos direitos e deveres como cidadãos. Visando uma melhor compreensão da dialogia entre direitos e deveres, pensamos que o convívio com respeito na escola seja a melhor experiência a ser oferecida aos alunos.

Questionávamos sobre as diferentes opiniões e modos de viver em um mundo com tantas pessoas distintas umas das outras. Se há diversidade, como não aceitarmos o direito de alguém concordar, discordar ou estranhar algo? Aprendemos que negar o direito ao estranhamento pode gerar novas exclusões, pois é preciso também resguardar o direito de pensar e ver de forma diferente. Todos têm o direito de serem respeitados e compreendidos em suas diferenças, contudo não podemos aceitar a exclusão por motivos de diferença de habilidade motora, de gênero, de religião, de opinião, ou por qualquer outro. Ninguém tem o direito de anular a possibilidade do outro existir como é.

Observamos, por meio dos diálogos com os estudantes, que alguns aspectos que conduzem à prática do *bullying* estavam associados à dificuldade de aceitação do dito “diferente” juntamente com a sensação de estranhamento. Contudo, percebemos que estranhar faz parte do ser humano, até mesmo entre os próprios pares pode acontecer certo estranhamento. Podemos questionar refletir, aceitar ou não as diferenças, mas antes de tudo devemos ver as diferenças como parte de nossa humanidade. E, em reflexão junto com a turma percebemos que tais diferenças não fazem do outro alguém sem sentimentos, sem direitos.

Compreendemos, assim, que o diálogo é essencial, entretanto promover situações que levem o aluno a se expressar e a se colocar no lugar do outro, facilita o processo de compreensão e de ressignificação de suas próprias ações. Quando conversamos sobre as características pessoais de

professores e alunos, identificamos juntos que nem todos somos “perfeitos”, que todos temos algo que não gostamos em nós mesmos. Perceber e conversar sobre nossas imperfeições com docentes possibilitou que os alunos identificassem o quanto ser excluído pelas diferenças é negativo e doloroso.

O conjunto de ações desenvolvidas com os discentes trouxe aprendizados para eles e também para nós, docentes. No processo de reflexão e busca de caminhos para o trabalho com as temáticas fomos olhando e descobrindo que precisávamos também mudar nossas práticas. Se por um lado podemos afirmar que o ambiente da sala ficou mais harmonioso devido à grande parte dos discentes transformarem suas práticas, podemos afirmar que nós professores também mudamos nossa maneira de ver e de agir com os estudantes. Entretanto, é relevante explicitar que, mesmo com a melhora expressiva do grupo, alguns casos de *bullying* ou de brincadeiras de mal gosto ainda aconteciam de forma isolada, reforçando nossa percepção da necessidade de um trabalho contínuo.

## Referências

BARBIERI, J. C. *Produção e transferência de tecnologia*. São Paulo: Ática, 1990.

BARTHOLOMEU, D.; SISTO, F. F.; RUEDA, F. J. M. “Dificuldades de aprendizagem na escrita e características emocionais de crianças”. In: *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 11, n. 1, p. 139-146, jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a16.pdf>. Acesso em: 25/03/2014.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C.. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3.ed. Rio de Janeiro; Francisco Alves Editora, 1992.

BROWN, R. *Bullying: o que fazer?* Portugal: Editora Paulus, 2011.

DALOSTO, M. de M.; ALENCAR, E. M. L. S. de. “Manifestações prevalência de *bullying* entre alunos com altas habilidades/superdotação”. In: *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 19, n. 3, p. 363-378, Jul.-Set., 2013.

DEFRANCE, B. “La violence à l'école: les droits de l'homme, l'interdit de la violence scolaire et familiale”. *Revue de l'Art Gendarmerie Nationale*, France, p 11-39, dezembro, 2005. Disponível em: <http://www.eip-cifedhop.org/publications/thematique13/Defrance.pdf>. Acesso em 25/05/2015.

DOMINICK, R. dos S. “As “artes de fazer” a educação em ciclos e as tecnologias na formação de Pedagogos III”. *Projeto de Pesquisa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

\_\_\_\_\_. “Discutindo e conceituando as tecnologias para a formação de professores na EJA-I e na diversidade”. In: MEDEIROS, C. C. *Educação de jovens, adultos e idosos na diversidade: saberes, sujeitos e práticas*. Niterói: UFF/CEAD, 2015 (p. 295 - 314).

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 15. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. Disponível: <http://books.google.com.br/books?id=IESxUjsjE9YC&lpg=PA9&ots=-8qTq8bmdJ&dq=interdisciplinaridade&lr&hl=pt-BR&pg=PA47#v=onepage&q&f=true>. Acesso em 20/03/2015.

FERREIRA, N. S. C. “Diversidade e democracia: o nosso compromisso hoje”. In: *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 305-318, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/307/477>. Acesso em 25/05/2015.

LÁZARO, A. L. de F. “A diversidade, a diferença e a experiência da Secad”. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 265-276, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Consultado em 20 de janeiro de 2015.

LÉVY, P. *CIBERCULTURA*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LINHARES, C. “Experiências instituintes na educação pública? Alguns porquês dessa Busca”. In: *Revista de Educação Pública*, Cuiabá/MT, v. 16, n. 31, p. 139-160, maio-ago. 2007.

\_\_\_\_\_; HECKER, A. L. “Movimentos Instituintes nas escolas: afirmando a potência dos espaços públicos de educação”. In: *RevistAleph*, Niterói, n. 12, p. 5-12, Junho, 2009. Disponível em <http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/view/18/15>. Acesso em 22/07/2015.

LOPES NETO, A. A. “*Bullying: comportamento agressivo entre estudantes*”. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acesso em: 08/02/2015.

MAINARDES, J. “Escola em ciclos no Brasil: aspectos históricos, panorama da situação atual e perspectivas para a pesquisa”. In: DAVID, Leila Nívea B & DOMINICK, Rejany dos S. (org). *Ciclos escolares e formação de professores*. RJ: WAK Ed, 2010. (p. 49 - 71)

ODALIA, N. *O que é violência?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, R. J. de. *A ética no discurso pedagógico da atualidade*. Niterói: Intertexto, 2011.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. “*A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável*”. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2008, vol.42, n.6, pp. 1069-1094. ISSN 0034-7612. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000600003>. Acesso em 08/02/2015.

SILVA, A. B. B. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1994.